

## MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA

## AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO

## PORTARIA ANM Nº 971, DE 23 DE MARÇO DE 2022

Dispõe sobre critérios e fluxos para realização da interlocução e atendimento de demandas, recomendações e determinações dos órgãos de controle e da Auditoria Interna Governamental da Agência Nacional de Mineração.

O DIRETOR-GERAL DA AGÊNCIA NACIONAL DE MINERAÇÃO - ANM, com fulcro nas atribuições que lhe são conferidas pelo art. 5º, § 1º, da Lei nº 13.575, de 26 de dezembro de 2017, pelo art. 13, inciso II, e art. 97, § 1º, do Regimento Interno, aprovado na forma do Anexo II da Resolução ANM nº 2, de 2 de dezembro de 2018; e

CONSIDERANDO a deliberação da Diretoria Colegiada em sua 216ª Reunião Administrativa,

## RESOLVE:

Art. 1º Estabelecer critérios e fluxos para realização da interlocução e atendimento de demandas, recomendações e determinações dos órgãos de controle e da Auditoria Interna Governamental da ANM.

## CAPÍTULO I

## DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 2º A Auditoria Interna Governamental - AIG é a unidade da ANM destinada a receber as demandas dos órgãos de controle e encaminhar as respectivas respostas, por meio dos sistemas próprios de comunicação daqueles órgãos:

I - instruindo o processo administrativo interno com os comprovantes de recebimento e entrega; e

II - sugerindo, se necessário, orientações, padrões e modelos de formatação das respostas que melhor atenda aos objetivos da demanda.

## CAPÍTULO II

## DAS DEMANDAS GERAIS

Art. 3º As demandas endereçadas e destinadas diretamente aos gestores da ANM, por e-mail, poderão ser respondidas diretamente aos demandantes com cópia a Auditoria Interna Governamental e demais atores que entenderem necessários.

Art. 4º Para qualquer resposta a ser elaborada o gestor deverá se apropriar do contexto da demanda, em especial, observando as manifestações enviadas anteriormente pela ANM e as análises já procedidas pelo órgão de controle e Auditoria Interna Governamental, de maneira a evitar esclarecimentos e/ou propostas de soluções já superadas.

Art. 5º Os gestores devem ser diligentes no cumprimento dos prazos estabelecidos pelos órgãos de controle e Auditoria Interna Governamental ou solicitar, de proêmio, dilações de prazo proporcionais ao que será respondido, em tudo, acompanhadas de justificativas/motivações.

Parágrafo único. Os descumprimentos de prazos serão comunicados ao Gabinete do Diretor-Geral para decisão e orientações de encaminhamento.

Art. 6º As respostas aos órgãos de controle e Auditoria Interna Governamental devem ser elaboradas por meio de Nota Técnica, utilizando-se redação escorreita, objetiva e com a completude suficiente para o entendimento de sua resposta, e ainda:

I - conter ou estar acompanhada de evidências e justificativas suficientes;

II - indicar uma resposta para cada item/subitem solicitado ou apontar os itens/subitens que terão a mesma manifestação;

III - não conter números de despachos internos, processos ou quaisquer outros documentos que não serão enviados a título de evidência.

§ 1º Caso a demanda/item/subitem esteja relacionada a solicitação de documento(s), o respondente deve apenas inseri-lo(s) no processo de requisição, nomeando o arquivo com a identificação da demanda/item/subitem ao qual se refere;

§ 2º Caso a demanda/item/subitem solicite a disponibilização de processo(s), o respondente deve viabilizá-lo(s) diretamente ao demandante e informar a Auditoria Interna Governamental, por meio de despacho nos autos, que a demanda foi atendida.

Art. 7º As reuniões requeridas pelos órgãos de controle e pela Auditoria Interna Governamental deverão ter a participação do(s) superintendente(s) responsável(is) pelo(s) tema(s) ou outros gestores/servidores por ele(s) indicados aptos a tomar decisões e promover encaminhamentos em nome da unidade interna participante.

### CAPÍTULO III

#### DAS RECOMENDAÇÕES E DETERMINAÇÕES EMANDAS PELOS ÓRGÃOS DE CONTROLE E AUDITORIA INTERNA GOVERNAMENTAL DA ANM

Art. 8º Os gestores das áreas instadas são responsáveis por demonstrar a implementação das recomendações/determinações ou apresentar plano de ação que leve ao atendimento integral da demanda, dentro dos prazos estabelecidos.

I - as manifestações dos gestores devem conter ou estar acompanhada de evidências e justificativas suficientes;

II - os planos de ações devem conter no mínimo: a descrição da(s) recomendação(ões) e/ou determinação(ões); a descrição de cada macro etapas do plano, com respectivo prazo e área gestora responsável pela implementação.

Parágrafo único. A responsabilidade pela implementação das recomendações/determinações poderá ser transferida, no caso em que o gestor comprovar que foram adotadas todas as medidas de sua competência, restando à outra unidade a adoção de providências para o efetivo atendimento.

Art. 9º Ao assumir a uma unidade organizacional da Agência, caberá a cada gestor se apropriar da existência de demandas, de recomendações e/ou determinações em monitoramento.

Art. 10. A Auditoria Interna Governamental adotará a classificação das recomendações constantes em sistema informatizado utilizado para realização de seu monitoramento.

Parágrafo único. Os prazos para implementação das recomendações emanadas pela Auditoria Interna Governamental serão estabelecidos, dentro do possível, em comum acordo com o gestor responsável por sua implementação.

### CAPÍTULO IV

#### DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11. Nenhum processo, documento, informação ou acesso a sistemas ou dependências poderá ser negado aos servidores dos órgãos de controle e da Auditoria Interna Governamental no exercício formal de suas atribuições.

Parágrafo único. Quando a documentação ou informação prevista neste artigo envolver assuntos de caráter restrito, reservado ou sigiloso, deverá ser indicado nas respostas as hipóteses de restrição, reserva ou sigilo nos termos da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, e do Decreto nº 7.724, de 16

de maio de 2012, ou legislação específica.

Art. 12. O descumprimento da presente Portaria pode ensejar apuração de responsabilidade por inobservância do inciso III, do art. 116, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990.

Art. 13. Esta Portaria entra vigor em 1º de abril de 2022.

VICTOR HUGO FRONER BICCA

Diretor-Geral

Publicado Internamente pela ANM em 29/03/2022